



# X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## **POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DEMOCRATIZAÇÃO E EVASÃO NO IFBA**

AMANDA MENDES DE SANTANA DOURADO

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### **1 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DEMOCRATIZAÇÃO E EVASÃO NO IFBA** Amanda Mendes de Santana Dourado (Autora)

**RESUMO** O objetivo deste texto é refletir acerca da Política Pública de Educação Profissional, com um recorte sobre do processo de democratização dos Institutos Federais, relacionando este processo com os elevados índices de evasão da/na instituição. Realizamos uma análise do fracasso escolar, a partir de conceitos e contextos inerentes ao desempenho do estudante. Este estudo é parte de uma pesquisa de mestrado que analisa os fatores internos envolvidos no fenômeno da evasão no IFBA-Irecê. O método utilizado foi de abordagem qualitativa do tipo exploratório-descritiva, e, quanto à natureza do objeto, teórico-empírica. A partir da identificação das taxas de evasão no campus de Irecê elucubramos a respeito da relevância de ações internas que possam promover não apenas o acesso à educação, mas também a sua permanência como fator que materializa a democratização da educação pública socialmente referenciada.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação Profissional. Evasão. **ABSTRACT** The purpose of this text is to reflect about the Public Professional Education Policy, with a focus on process of democratization of the Federal Institutes, relating this process to the high dropout rates of / in the institution. We conducted an analysis of school failure, from concepts and contexts inherent to student performance. This study is part of a master's research that analyzes the internal factors involved in the evasion phenomenon in IFBA-Irecê. The method used was qualitative approach of the type exploratory-descriptive, and in relation to the nature of the object, theoretical and empirical. From the identification of dropout rates in Irecê campus we reflect regarding the

relevance of internal actions that can promote not only access to education but also to its permanence as a factor underlying the democratization of public education referenced socially.

**Keywords:** Public Policy. Professional Education. Dropout.

**1 INTRODUÇÃO** Ao estudarmos as questões referentes à democratização da escola pública brasileira, nos deparamos com uma série de questões sociais, econômicas, culturais que tem uma relação direta com esta história. A criação da Rede Federal de Educação Profissional pretende desconstruir a dualidade instituída, na qual à elite era ofertada uma educação propedêutica para a formação dos intelectuais da nação; aos demais a formação de novos operários, a formação do técnico que contribuiria para a construção e desenvolvimento econômico do país. A partir de um processo de expansão, os Institutos Federais alcançam os lugares mais longínquos da nação, oportunizando o acesso àqueles que historicamente estiveram impedidos do direito à educação em um nível mais elevado. Através de um Sistema de Cotas que reserva 50% das suas vagas para estudantes provenientes de escola pública (Decreto nº 7.824/2012) a instituição consagra a sua democratização. Torna-se um elemento preponderante para a formação e empoderamento do sujeito, um elemento que contribui para o desenvolvimento territorial, a partir da formação dos jovens. A democratização do ensino público de qualidade é o centro da preocupação da política pública da educação profissional, com medidas que promovem o acesso, entretanto pouco tem se tratado de medidas que possam promover a permanência. Garantir o acesso não é sinônimo de uma melhor formação para estes jovens, tornam-se necessárias ações que possam promover a sua permanência e sucesso escolar. Assim, a pesquisa intitulada Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia: análise dos fatores internos envolvidos no fenômeno da evasão no *campus* de Irecê, parte do princípio da educação enquanto emancipadora do sujeito e toma a implantação de um campus no interior como algo que pode possibilitar novos tempos para um território marcadamente carente de oportunidades para os seus habitantes. O estudo é realizado em uma abordagem qualitativa na qual se pretende analisar os fatores internos envolvidos no fenômeno da evasão no IFBA- Irecê. Consideramos a evasão como o estágio final de uma série de elementos que juntos consolidam a decisão de sair da instituição. Estes elementos estão relacionados a fatores internos e externos à instituição. Entretanto, fazemos um recorte dos fatores internos por acreditarmos que a partir da sua identificação e análise, possam ser criadas metas e ações de gestão com o intuito de reduzir os elevados índices da evasão. Neste sentido, tratamos a evasão também como um problema de gestão, pois, a partir do momento em que há a “abertura” da instituição, é preciso que sejam criadas estratégias para que este acesso seja consolidado também através da permanência e conclusão. **2 CONCEITUAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRÁTICA** Evasão, do latim *evasione*, de *evadere*, “fugir, escapar”, de *ex-*, “fora”, mais *vedere*, “ir, caminhar”, significa desistência, ação de abandonar algo, escapar, fugir. No contexto escolar ela é o

final de um processo complexo, de um conjunto de fatores que direta ou indiretamente tem interferência para a decisão de abandonar a instituição, dentre estes fatores destacamos o desempenho do estudante e as ações de permanência promovidas pela gestão. Fracasso escolar refere-se a um conjunto de ações, posturas não só do aluno mais também do professor e da própria instituição que podem interferir no desempenho do discente. De acordo com Charlot (2005) o fracasso escolar não existe, o que existe são situações, são trajetórias, são histórias em que o aluno encontra dificuldades e estas dificuldades colaboram para o insucesso no seu desempenho acadêmico. Consideramos, assim, que o fracasso escolar (retenção, repetência) representa um conjunto de fatores que corroboram para que o educando não obtenha êxito em sua vida escolar, o que poderá interferir na sua decisão de permanecer ou evadir da instituição.

A questão do fracasso escolar remete para muitos debates: sobre o aprendizado, obviamente, mas também sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das "chances", sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a "crise", sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania (CHARLOT, 2000, p.14).

O conjunto dessas circunstâncias promove a falta de engajamento do estudante na instituição, o fracasso no seu desempenho, culminando no seu desligamento da escola. Concordamos com Lopes (2006) ao afirmar que muito se faz para conquistar novos alunos, mas muito pouco esforço tem sido feito no sentido de reter ou aumentar o nível de satisfação de seus atuais. Ao ingressar na instituição escolar, o estudante carrega consigo diversas expectativas em relação à escola, expectativas estas que foram consagradas na sociedade e que já viraram clichês: através da escola você terá um futuro garantido, com os estudos você será alguém na vida. Ser alguém na vida e ter um futuro garantido está relacionado a melhores condições financeiras que através da educação o estudante poderá obter. Entretanto, eles são "obrigados pelas sanções negativas da Escola a renunciar às aspirações escolares e sociais que a própria Escola lhes havia inspirado, e, em suma, forçados a diminuir suas pretensões" (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998, p. 224). A esse respeito, Charlot (2014, p.63) afirma que a "história escolar de uma criança acarreta consequências importantes, efetivas ou potenciais, para sua vida futura", e complementa que, deste modo a escola passa a conviver com uma série de contradições, as quais de algum modo interferem na sua função social de formação de cidadãos

críticos, pois o perfil de concluído ou de fracassado, marcará a vida do estudante. Com isso, a escola tem uma maior responsabilidade no que diz respeito ao seu papel, pois ao possibilitar o acesso das camadas mais desprovidas, passa a conviver com camadas sociais que historicamente foram excluídas da educação intelectual, e precisa adaptar-se e aprender a lidar com este perfil de estudantes, a fim de que possa realmente representar um meio de acesso ao mundo do conhecimento e, não mais uma forma de exclusão social, o que acarretará em uma responsabilização, também da escola no fracasso escolar do estudante. Arroyo (2003) ressalta que na escola do povo os jovens são forçados a sair por incapacidade para a educação e, por consequência são obrigados a permanecer nas fábricas para ser explorados ou reeducados para o trabalho. No tocante à forma como a escola desenvolve a sua práxis pedagógica, podemos falar em exclusão, exclusão que acontece, de certo modo pela própria omissão da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades e ações pedagógicas. Ou seja, o processo de inclusão é consagrado e reconhecido ao longo do tempo, mas de certo modo, esta inclusão não dá conta de inserir determinados elementos na escola que possam colaborar com o sucesso escolar do estudante, a instituição é habitada, permanentemente, por excluídos potenciais que introduzem nela as contradições e os conflitos associados a uma escolaridade cujo único objetivo é ela mesma (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1992, p. 221).

Eis aí um dos mecanismos que, acrescentando-se à lógica da transmissão do capital cultural, fazem com que as mais altas instituições escolares e, em particular, aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuem sendo exclusivas como foram no passado. E fazem com que o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir as aparências da "democratização" com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1992, p. 223).

Podemos assim falar em exclusão na medida em que há a abertura da escola, entretanto há também um processo de omissão da mesma no que se refere à sua responsabilização no processo de legitimar este acesso. Para Arroyo (2003) falar em exclusão significa ir mais fundo na configuração do

problema, de modo que alguém ou algo deverá ser responsabilizado por isso.

O povo, vítima, vira réu: evadido, defasado, fracassado. As denúncias deixam de lado a falta de condições materiais de trabalho para instruir o povo e passam a centrar a atenção na evasão e fracasso do aluno, nos condicionantes extra-escolares do fracasso, como se tudo estivesse garantido na escola como lugar de trabalho e transmissão do saber (Arroyo, 2003 p. 25).

Infelizmente presenciamos um movimento que, apesar de muitas vezes não ser percebido, expulsa o aluno da escola, pode promover um sentimento de incapacidade e desejo de fuga deste lugar em que ele constitui-se enquanto fracassado. Assim, a evasão é uma ação que ocorre após outros fatos e fatores que se relacionam e contribuem na decisão de abandonar a instituição. Independente de que forma ela se materializa é um problema complexo que precisa ser tratado com todas as suas nuances e vicissitudes, pois é algo que vem afetando a educação brasileira e coloca em risco o processo de democratização da escola.

Assim, a evasão é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino. Esse problema deve ser analisado por perspectivas diversas, tais como a perspectiva da escola, do sistema de ensino e do indivíduo (DORE; SALES; CASTRO, 2014, p. 386). Portanto, tratar do fenômeno da evasão também é algo complexo, visto que é o estágio final de um conjunto de fatores que marcaram não apenas a sua vida escolar, mas também a sua vida enquanto ser social. Evadir significa abandonar, desistir daquilo que não conseguimos concretizar, muitas vezes marcados por questões sociais que ao longo do tempo foram sendo estigmatizadas enquanto deficiência seja ela cultural, econômica ou de aprendizagem. Assim, é cabível considerar que:

Possuindo diversas causas, que vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade do ensino, que desestimula aquele a frequentar as aulas, via de regra inexistem, salvo honrosas exceções, mecanismos efetivos e eficazes

de combate à evasão escolar tanto a nível de escola quanto a nível de sistema de ensino [...] (DIGIÁCOMO, 2005).

A complexidade multifacetada com que se apresenta o processo de evasão e fracasso escolar, requer o desenvolvimento de políticas públicas a partir da identificação e análise dos diversos fatores, que além de possibilitar a elevação do número de matrícula ao longo dos anos, possa também implementar políticas de permanência e de sucesso da/na escola. A instituição precisa levar em consideração as metas que pretende alcançar, na medida em que essas precisam ter como foco a formação do cidadão, o seu ingresso, permanência e sucesso na vida escolar. Para Mutim (2001, p.43) a qualidade de uma escola ou sistema é determinada em função do grau de cumprimento dos objetivos que a própria escola ou sistema definiu. Em suma, as condições institucionais têm influências no desempenho do estudante. A gestão, neste sentido, deve fazer-se democrática e participativa, realizando análises periódicas, avaliação e socialização dos objetivos e metas propostos e alcançados pelo projeto pedagógico institucional, com o envolvimento de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Discutir a respeito do rendimento escolar, da frequência, dos índices de satisfação dos estudantes, pais, professores e demais profissionais da escola, em relação à gestão, às práticas pedagógicas e aos resultados da aprendizagem; além de preocupar-se com a transparência na divulgação periódica, aos pais e à comunidade, dos resultados de aprendizagem dos alunos e as ações educacionais implementadas para a melhoria do ensino.

Não se creia que a reconfiguração da escola passa apenas por uma substituição de dispositivos pedagógicos. Não se trata de substituir artefatos de engenharia curricular, porque a mudança não consiste num mero exercício de bricolagem. É preciso reconfigurar os sistemas de relações, a racionalidade que subjaz aos modelos de gestão e diretorias. É preciso estabelecer rupturas com um discurso político estéril e recontextualizar a escola na cidade educativa (PACHECO, 2005, p.61) A educação de qualidade está ligada à construção de uma escola dinâmica, democrática, formadora de sujeitos críticos, de interesses coletivos e preparados para a construção de um país mais justo, que tenha igualdade, humanidade e justiça social. O poder precisa ser descentralizado, as decisões no âmbito educacional não

cabem apenas ao diretor, mas a todas as pessoas envolvidas e interessadas em uma educação de qualidade, em uma educação emancipadora. As pessoas que fazem parte da comunidade escolar precisam participar efetivamente das decisões inerentes à melhoria da educação escolar. As decisões sobre os rumos da escola precisam ser tomadas de forma coletiva e colaborativa e o educando também precisa estar inserido nas deliberações que nortearão o seu percurso educacional, pois o que está em jogo é a formação do cidadão, de um cidadão que se quer agente do seu próprio destino. Neste interim, todos os segmentos que, de forma direta ou indireta, estão vinculados à formação dos educandos precisam estar envolvidos nas decisões, decisões estas que não podem se constituir de forma individual, mas coletiva, visto que a formação do ser está voltada para a coletividade, a inserção e participação do indivíduo na sociedade, na sua constituição enquanto agente de transformação social, cultural e econômica. Neste sentido a escola precisa estar firmada em pilares fortes, que possam permitir uma educação de qualidade para os seus educandos. Falar em qualidade da educação é tratar a respeito da qualidade dos processos e dos serviços prestados pelas instituições de ensino, que são refletidos inclusive pelas taxas de aprovação, conclusão, retenção e evasão (Mutim, 2000). A instituição deve reconhecer-se e estruturar-se nas modalidades educativas que oferta, seja ela de ensino básico, técnico ou superior. A sua organização pedagógica deve ser refletida, discutida e organizada, visando o alcance dos objetivos e metas de cada modalidade, pensando na formação integral do ser humano bem como no desenvolvimento das suas atividades enquanto futuro profissional. Enfim, o desempenho escolar do estudante está intimamente ligado a uma série de fatores que ocorrem fora da escola, mas que também estão enraizados nela. Tratar da evasão escolar é abordar questões sociais, econômicas, familiares, mas, sobretudo não deixar de enfatizar as questões institucionais que podem, inclusive refletir e influenciar para que os demais fatores tenham menos força no desenho do fenômeno.

### 2.1 O CASO DO IFBA-IRECÊ: PRIMEIRAS ANÁLISES

Neste cenário, a nossa pesquisa está sendo realizada no IFBA – *Campus Irecê* em que presenciamos o esvaziamento das salas de aula, bem como um baixíssimo índice de conclusão das primeiras turmas. O Campus Irecê foi implantado na Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento da Educação

(PDE), sob o comando da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. Iniciou suas atividades acadêmicas em 2011, oferecendo os cursos técnicos de Informática, Eletromecânica e Biocombustíveis, nas formas Integrada e Subsequente ao Ensino Médio. A implantação de um campus do Instituto Federal impulsionou a população de todo o território que via emergir a oportunidade para a formação de seus filhos sem precisar deslocá-los para os grandes centros. Tinha-se em mente que este novo cenário que ora se apresentava traria novos tempos, pois a comunidade teria a formação científica necessária para a assunção do sujeito enquanto cidadão que age e interage, analisa, reflete e interfere no todo social, a fim de promover mudanças significativas que impulsionem o desenvolvimento local sustentável. Esta educação de qualidade que o território tanto almejava, realmente foi implantada, e 190 alunos ingressaram na forma integrada em março de 2011, vislumbraram a possibilidade de dar um novo rumo na sua vida, visto que a maioria deles é oriunda de escolas públicas, e, como já afirmado anteriormente, não têm muitas perspectivas em relação ao prosseguimento nos estudos e, não obstante, concluem o ensino médio sem formação específica para o mundo do trabalho e sem muitas perspectivas para o ingresso no ensino superior. A taxa de evasão é preocupante no Campus de Irecê, pois ao estarmos no quinto ano de funcionamento, o contexto atual é que, de acordo com dados retirados do SISTEC, dos 190 estudantes que ingressaram em 2011, temos apenas 33 que concluíram o curso no tempo normal. Ou seja, a taxa de evasão foi de 67,89%. O Termo de Acordo e Metas firmado entre o Ministério da Educação e Institutos Federais em 2009, a meta é que possamos alcançar uma taxa de 80% de conclusão em todos os níveis e modalidades, até 2016. Estamos bem abaixo das taxas dos institutos em nível nacional, que são, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas, de 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de Tecnólogo. No *Campus* de Irecê o índice de conclusão da primeira turma (ingressa em 2011) foi de 17,3%, o que pode ter sido ocasionado por uma série de fatores que variam desde questões estruturais, pedagógicas, metodológicas (fatores internos) até questões individuais dos estudantes. Nos chama atenção, o fato de que para as turmas que ingressaram em 2012, a taxa de conclusão foi de 11,5%, ou seja, a taxa de evasão foi de 70%. Algo bastante parecido ocorre com a

turma do ano subsequente (ingressa em 2013), em que apenas 27% dos estudantes estão seguindo os estudos no campus, sem retenção. No entanto, este dado pode reduzir, visto que percebemos evasão do 3º para o 4º ano, quando os alunos tem a aprovação no ENEM e/ou passam em vestibulares, e neste contexto, muitas vezes, optam em ingressar no ensino superior, sem a conclusão do nível técnico. Por trás destes números há uma história que precisa ser compreendida, analisada e alterada. Sabemos que o problema existe, mas continuamos o nosso trabalho sem pararmos para refletir, de forma coletiva, sobre a nossa responsabilidade, enquanto campus, de que forma o nosso trabalho interfere no delineamento do problema, consideramos que precisamos fazer algo para reduzir a evasão no nosso contexto, diagnosticar o problema, a fim de redimensionarmos os nossos espaços de aprendizagem. Parece-nos um tanto quanto incoerente falarmos em excelência no ensino, quando nós, enquanto instituição, somos excelentes com os alunos que não apresentam grandes dificuldades. Não podemos considerar o fracasso do aluno como algo provocado por fatores sociais e econômicos como já fora apontado em pesquisas anteriores (Machado,2013; Ferreira 2013), os fatores internos assumem lugar de destaque, visto que, ao oportunizar o acesso de estudantes provenientes de escolas públicas, a instituição precisa gerir os seus processos, de modo que possa também promover a permanência. **3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Falar da educação profissional na rede federal ao longo do tempo, dos vários contextos configurados na dialética com as mudanças sociais, históricas e políticas, nos faz refletir acerca do que realmente representa esta educação para aqueles que mais precisam dela. Com a sua expansão a partir de 2008, vimos o surgimento de um oásis no deserto, o florescer de novos tempos para aqueles que não tinham condição de sair do seu território para a tão sonhada e almejada educação de nível superior. No entanto, ao mesmo tempo, em que dar-se oportunidade de formação, percebemos que a dualidade presenciada em outros momentos da educação brasileira ainda persiste nos dias atuais. A formação de qualidade para a cidadania não está conseguindo alcançar a maioria dos que estão tendo acesso a ela, acesso este facilitado pelas cotas para os estudantes provenientes de escolas públicas. Percebemos que por conta de diversos fatores, os alunos não estão conseguindo um desempenho suficiente para a sua aprovação e permanência na instituição. Analisando a história da Rede Federal de

Educação Profissional visualizamos diversos textos, intertextos e contextos que se inter-relacionam com o processo que vivenciamos atualmente. O acesso a esta escola de excelência foi possibilitado através de um sistema de cotas para alunos provenientes de escolas públicas, no entanto as políticas de permanência ainda não são eficientes. Faz-se necessário, neste cenário, nos atentarmos para desenvolver ações que possam dirimir as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, que culminam na sua saída da escola. É preciso tomar algumas medidas para que esta expansão não se torne mais uma tentativa frustrada de política pública educacional. Fundamental também que haja a constitucionalização de um verdadeiro sistema de educação que possibilite uma educação básica de qualidade, tanto no nível fundamental, quanto no médio, educação que possa realmente ser básica para a consagração do sujeito, para que os desvalidos da sorte do século XXI tenham acesso, permanência e sucesso escolar para a sua formação integral. Para tanto, precisamos nos conhecer e reconhecer enquanto instituição, o que somos, quais os nossos propósitos, as nossas metas, objetivos e principalmente quem são os nossos educandos, os seus anseios, necessidades, para que assim possamos nos constituir enquanto uma instituição socialmente referenciada e democrática, que possa contribuir para o desenvolvimento territorial a partir do acesso, permanência e formação dos seus estudantes.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ARROYO, Miguel G. **Da Escola Carente à Escola Possível**. 6 ed. Loyola, 2003. BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRS, Maria Alice; CATANI, Afrâni (orgs). **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 218-227. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos**. Disponível em [http://](http://www.portal.ifba.edu.br/noticias/reitora-assina-acordo-de-metas-em-brasilia.htm)

[www.](http://www.portal.ifba.edu.br)

[portal.ifba.edu.br](http://www.portal.ifba.edu.br)

[/noticias/reitora-assina-acordo-de-metas-em-brasilia.htm](http://www.portal.ifba.edu.br/noticias/reitora-assina-acordo-de-metas-em-brasilia.htm)

|

. Acesso em 05.set. 2015 BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário**, de 13 de março de 2013. Brasília, DF: 13 de março de 2013d CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2014.

\_\_\_\_\_. **Relação com a escola e o saber nos bairros populares.** Revista Perspectiva, Florianópolis, n.20(esp.), p.17-34, 2002. DIGIÁCOMO, M. J., (2005). **Evasão escolar:** não basta comunicar e as mãos lavar.

Disponível em:

[www2.mp.pr.gov.br](http://www2.mp.pr.gov.br)

[/cpca/telas/ca\\_evasao\\_escolar\\_2\\_5.php](http://cpca/telas/ca_evasao_escolar_2_5.php)

. Acesso em 28 mar.2016. DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César; MENDES, Josué de Souza (org) **Evasão na educação:** estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. FERREIRA, Gilma Flávia Souza **Educação Profissional no Território de Identidade de Irecê Bahia:** Análise das Percepções dos Professores do IFBA – Campus de Irecê sobre as causas da evasão de alunos nos Anos de 2011-2012. Salvador: UNEB, 128p. Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2013. LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth. **O pensamento curricular no Brasil.** SãoPaulo: Cortez, 2002. MACHADO, Anselmo. **Evasão e Permanência no Instituto de Ciências e Tecnologias IFBA/Campus-Irecê BA.** Salvador: UNEB, 2013. 81p. Dissertação (Mestrado), Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (Gestec), Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2013. MUTIM, Avelar L. B. **Gestão Escolar Participativa:** sonho e realidade. Salvador: UFBA, 2000. 209p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado e Doutorado, Núcleo Política e Gestão da Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Moderna: São Paulo, 2011.

\* \* Trabalho orientado pelo Professor Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim, desenvolvido no Grupo de Pesquisa- GEPET, vinculado à Universidade do Estado da Bahia.

\* Mestranda em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), membro do Grupo de Pesquisa GEPET, vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: amanda.uneb@gmail.com

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 15/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: